

REFLEXÕES HISTÓRICAS EM TORNO DO (EVENTUAL) SUCESSO DA EDUCAÇÃO NOVA. O EXEMPLO DO INSTITUTO FEMININO DE EDUCAÇÃO E TRABALHO (1911-1942)*

Joaquim Pintassilgo

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Centro de Investigação em Educação

Nas primeiras décadas do século XX encontramos referenciadas, na imprensa de educação e ensino, várias instituições escolares consideradas modelares, designadamente no que se refere à concretização de práticas pedagógicas inovadoras. O realce dado à sua exemplaridade tinha em vista, seguramente, a difusão de uma espécie de “boa nova” (a que chamaríamos hoje “boas práticas”...) no seio do campo pedagógico. Pondo de parte a Escola Oficina Nº 1 de Lisboa - quase sempre apresentada como um caso à parte no panorama educacional de então -, encontramos entre as mais emblemáticas das referidas instituições o Instituto Feminino de Educação e Trabalho (nome por que foi designado, durante algum tempo, o actual Instituto de Odivelas). Procuraremos avaliar o carácter paradigmático desta instituição, analisando as referências que lhe são feitas, para além das opções pedagógicas aí assumidas, não deixando de ter em conta a complexidade da relação entre tradição e inovação. Aproveitaremos, também, para reflectir historicamente sobre as virtualidades e os limites, o sucesso e o insucesso, do projecto da Educação Nova (em particular se perspectivado na longa duração), a partir do exemplo de uma instituição cuja longevidade (independentemente das fases que atravessou), lugar na memória e resultados actuais nos remetem para uma “história de sucesso”.

Neste estudo analisaremos com mais detalhe o período de vida da instituição correspondente à designação Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942). É uma fase relativamente coerente, marcada pelo espírito “republicano” decorrente da reorganização de 1911 (espírito esse que se mantém para além da República propriamente dita) e pela gestão carismática do Coronel Frederico Ferreira de Simas (1919-1941). Utilizaremos como fontes documentos que balizam ou expressam a

* O presente artigo resulta da adaptação da intervenção efectuada no *Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, realizado nos dias 26 a 28 de Abril de 2007 na Universidade da Madeira e subordinado ao tema «Educação para o sucesso: políticas e actores». Assim se compreende a ênfase colocada no tema do sucesso educativo, bem como a tentativa de reconstruir uma eventual história de sucesso educativo.

actividade da instituição, tais como regulamentos, relatórios, discursos do Director, etc., bem como os abundantes artigos sobre ela publicados na imprensa pedagógica.

Procuraremos articular o presente texto com dimensões diversas do que poderemos entender por sucesso educativo, não esquecendo a mais óbvia – o sucesso escolar das alunas -, mas incluindo outras, tais como o sucesso (ou não) de um projecto global de formação de jovens do sexo feminino em regime de internato, formação essa que deveria incluir as diversas dimensões da sua personalidade (tendo por referência o ideal de uma educação integral) e o sucesso decorrente da própria (e invulgar) longevidade do Instituto, a par da preservação de uma certa aureola de qualidade, em parte justificada pela permanência, mesmo em contextos menos favoráveis, de práticas alternativas no âmbito da educação da mulher.

1. Do Instituto Infante D. Afonso ao Instituto de Odivelas

Os primeiros passos no sentido da constituição do actual Instituto de Odivelas foram dados em 1898 por um grupo de oficiais do exército. O Estatuto original, consagrando a denominação «Instituto Infante D. Afonso», foi publicado no ano seguinte¹ e a inauguração ocorreu no dia 14 de Janeiro de 1900, contando com a presença (e a subsequente protecção) da família real, e passando a integrar 17 alunas em regime de internato (Silva & Leitão, 1990). Numa fase inicial, segundo o Estatuto de 1904, o Instituto – considerado “um estabelecimento de instrução e beneficência” - destinava-se prioritariamente “à educação gratuita de órfãos de oficiais do exército activo e da armada e dos quadros ultramarinos”².

Desde o início que é visível a finalidade de contribuir, não só para a formação geral das alunas, mas, particularmente, para a sua formação profissional, de modo a poderem “angariar honestamente os precisos meios de subsistência”. Nesta fase existe ensino primário (de 1º e 2º grau), um “curso complementar” de 3 anos, obrigatório para todas as alunas, e cursos profissionais em diversas áreas – magistério primário, telegrafia, escrituração comercial, entre outras, sendo o Instituto considerado, para todos

¹ Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Direcção Geral – 3ª Repartição (1899). *Estatuto do Instituto Infante D. Afonso, aprovado por Decreto de 9 de Março de 1899*. Lisboa: Imprensa Nacional.

² Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Direcção Geral – 3ª Repartição (1904). *Estatuto do Instituto Infante D. Afonso. Decreto de 11 de Maio de 1904*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.5.

os efeitos, “uma escola de habilitação para o magistério primário e uma escola industrial elementar de comércio”³.

O facto de ser um estabelecimento vocacionado, desde a sua origem, para a educação feminina faz com que sejam incluídas no currículo, entre outras matérias, a “economia doméstica” e a “costura, corte de roupa branca e vestidos, bordados, rendas e flores”. Além disso, “a todas as alunas será ministrado praticamente o ensino de passar a ferro e engomar roupa branca, rudimentos de cozinha e a maneira de dirigir o serviço doméstico”. O carácter prático de muitas das aprendizagens – que se tornará uma imagem de marca do Instituto – é algo que se esboça a partir dos primeiros momentos.

Tendo iniciado a sua actividade num palacete da Estrada da Luz em Lisboa, o Instituto instala-se definitivamente, em Novembro de 1902, após a realização de obras, no convento de Odivelas, onde, de resto, ainda hoje se encontra. O Director foi, até Outubro de 1911, o General Luiz Augusto Pimentel Pinto. Em 1910 o Instituto possuía já 110 alunas, número que irá sempre crescendo: 157 em 1915, 391 em 1926/27 (Silva & Leitão, 1990). No período por nós estudado manter-se-á próximo das quatrocentas alunas: por exemplo, em 1932/33 eram 385 (sendo 337 internas e 48 externas) e em 1937/38 eram 438 (sendo 317 internas e 121 externas)⁴.

A implantação da República trouxe ao Instituto um conjunto importante de transformações, tendo inaugurado uma das suas fases mais criativas e bem sucedidas. Ainda no ano de 1910 é-lhe atribuída a curiosa designação de Instituto da Torre e Espada - “demasiado bélica para um colégio de meninas”, segundo Ferreira de Simas, seu futuro Director -, logo substituída, em Agosto de 1911, pela designação, bem mais expressiva, de Instituto Feminino de Educação e Trabalho⁵. Os documentos regulamentares publicados em 1911, em 1915, em 1921 e em 1930, este já durante a Ditadura Militar, e que têm grandes linhas de continuidade entre si, sem porem em causa o espírito inicial, reforçam a dimensão profissional dos cursos. O Instituto passa a ser definido como “um estabelecimento destinado a educar e preparar para a vida prática indivíduos do sexo feminino”⁶. Procura-se, ainda, actualizar as concepções relativas à educação da mulher e introduzir um conjunto de inovações pedagógicas

³ Idem., p.13.

⁴ *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Anos Lectivos de 1928-1929 a 1937-1938*. Odivelas: I.F.E.T., pp.45 e 139.

⁵ Idem., p.133.

⁶ Secretaria da Guerra – Repartição do Gabinete (1915). *Regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Decreto n.º 1.868, de 12 de Junho de 1915, publicado em 4 de Setembro de 1915*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.5.

derivadas da influência da chamada Educação Nova. Para além do ensino primário e do curso geral dos liceus, vão funcionar, com algumas flutuações ao longo desse período, entre outros, cursos de empregadas de escritório e do comércio, de correios e telégrafos, de auxiliares de química, de artes e ofícios (em várias áreas). É também criado o curso de preceptoras, em substituição do magistério primário, que será retomado em 1930.

Em 1919 tomou posse como Director do Instituto o Coronel Frederico Ferreira de Simas (1872-1945), já anteriormente ligado à instituição, figura de relevo do campo pedagógico português de então, antigo Director da Escola Normal Feminina de Lisboa, por duas vezes Ministro da Instrução Pública, membro activo da Sociedade de Estudos Pedagógicos, entre outras funções (Nóvoa, 2003; Vilela, 1998). Ferreira de Simas manter-se-á à frente do Instituto até 1941 (ou seja: 22 anos) e marcará decisivamente pelo seu estilo de liderança, pelas concepções relativas à educação feminina e pelo projecto de concretização duma pedagogia experimental toda a vida e organização da instituição.

Ferreira de Simas conseguiu, na difícil transição da República para o Estado Novo, adaptar-se ao novo contexto, preservando a coerência do projecto e mantendo a sua vitalidade e carácter inovador. Só em 1941 o regime salazarista decide dar por finda a etapa “republicana” do Instituto, demitindo o Director (substituído pela professora Aida Conceição) e aproveitando para proceder a uma reorganização geral - começando pela mudança do nome para Instituto de Odivelas -, que o equipara a liceu nacional e a escola industrial e comercial (com um currículo semelhante ao das demais escolas públicas) e lhe retira a vocação profissionalizante. A sua identidade decorrente do facto de ser um estabelecimento de educação feminina é preservada, ainda que a perspectiva seja agora mais conservadora (e marcada, de novo, pelo catolicismo). É, no entanto, muito interessante o facto de se terem mantido algumas das práticas inovadoras associadas à fase anterior e acrescentado outras. Ao contrário de muitas outras escolas emblemáticas, que não conseguiram resistir à passagem do tempo e às transformações políticas, o actual Instituto de Odivelas entrou incólume na democracia e chegou à actualidade, adaptando-se aos novos tempos ao mesmo tempo que conseguia manter alguns traços duma identidade mais que secular (Leitão, 1980; Saraiva, 1978; Silva & Leitão, 1990; Vilela, 1998).

2. A construção da imagem de uma escola modelo

Nos últimos anos tem sido notada a presença regular do Instituto de Odivelas no topo das listas de escolas relativas às classificações obtidas nos exames nacionais do 12º ano, tendo conseguido, por exemplo, segundo o escalonamento do jornal *Público*, entre 500 a 600 escolas, o 2º lugar em 2002, o 17º em 2004 e o 27º em 2003⁷. Não vou, neste contexto, discutir o significado e a fiabilidade desse “ranking”, alvo já de um amplo debate e de alguma investigação (Melo, 2005). Apenas me interessa chamar a atenção para o facto do Instituto de Odivelas corresponder ainda, no que a este particular se refere, à imagem que foi construindo ao longo do seu já longo percurso vital – uma escola caracterizada pela qualidade do seu ambiente de trabalho, capaz de proporcionar às suas alunas um ensino e uma educação rigorosas, de as conduzir à obtenção de bons resultados nos exames e à assunção da identidade institucional, bem expressa na expressão «meninas de Odivelas».

Maria de Lourdes Loureiro (1999) estudou, em dissertação recente, o «clima de escola» do Instituto, tendo por base entrevistas à directora, a professoras e alunas, tendo identificado diversos factores que contribuem para a compreensão dos resultados obtidos. Embora se refira ao presente da instituição, não deixa de ser uma pesquisa que permite, igualmente, lançar um certo olhar sobre o seu passado. Segundo a autora, “as alunas confirmam que escolheram esta escola porque pensam que as pode fazer distinguir, serem melhores e gostam de estar na escola por causa do seu ambiente, disciplina, calma, organização e por causa da qualidade de ensino” (p. 96). A directora confirma essa indicação ao afirmar: “as nossas alunas são, regra geral, ... alunas de sucesso” (p. 98). A forte identidade institucional – o «espírito de corpo» -, assumida por todas as que partilham vivências naquela «casa», é sublinhada pela autora e expressa-se, por exemplo, nos valores por elas interiorizados e que são alvo de inquérito:

Podemos concluir que os valores das alunas e das professoras vão de encontro aos objectivos da escola enquanto organização. Tendo como preocupação principal a formação moral, intelectual e física das alunas, a escola pretende desenvolver o sentido do dever, da honra e dos atributos de carácter, em especial a integridade moral, espírito de disciplina e a noção de responsabilidade, além de pretender facultar os conhecimentos e cultura indispensáveis ao exercício das suas carreiras profissionais e ministrar cuidada educação física para o equilíbrio psicossomático das alunas. Portanto, a escola está organizada de modo a proporcionar uma educação completa (Loureiro, 1999, p. 111)

⁷ *Público*, 7 Outubro 2002; *Público*, 2 Outubro 2004; *Público*, 27 Setembro 2003.

Esta citação é muito curiosa por nos remeter, em particular, para as grandes permanências que podemos encontrar no percurso histórico do Instituto, designadamente no que se refere às suas finalidades e aos valores que lhe estão subjacentes, que poderiam, sem dificuldade, ser expressos através de documentos pertencentes a momentos históricos bem diferentes. O carácter de instituição vocacionada para a educação da mulher também contribui para a sua identidade própria. Como no passado, o Instituto incorpora no currículo “disciplinas de Culinária e de Puericultura, que constituem frequência obrigatória e que são específicas da escola” (Loureiro, 1999, p. 112).

Depois de duas notas mais contemporâneas, vejamos alguns exemplos mais de natureza histórica que procuram confirmar a seguinte ideia: o Instituto foi considerado, com frequência, uma das instituições de referência no panorama educativo português. Nos balanços que Álvaro Viana de Lemos faz, na transição dos anos vinte para os anos trinta, do movimento renovador português, em alguns casos para apresentação em congressos internacionais ligados à Educação Nova, o Instituto surge entre os exemplos apontados de escolas que se aproximam, de alguma maneira, do paradigma de Escola Nova. Aquando da preparação da visita de Adolphe Ferrière a Portugal, que viria a ocorrer, em condições complexas, em Novembro de 1930, Adolfo Lima, em carta ao citado Viana de Lemos, inclui o Instituto na restrita lista de instituições que estariam em condições de ser visitadas por esse dirigente do movimento renovador (Nóvoa, 1995). A visita acabou mesmo por acontecer, como podemos comprovar, mais tarde, a partir de um discurso de Ferreira de Simas:

A imprensa portuguesa muitas vezes se refere com elogio ao Instituto e temos com orgulho, num importante jornal inglês, um longo artigo sobre a nossa escola, escrito pela secretária geral da Associação das Professoras das escolas menageres inglesas, que nos visitou, bem como o pedagogo suíço Mr. Ferrière que, após a sua visita nos dirigiu uma elogiosa carta e presenteou as alunas com trabalhos seus.⁸

Outro exemplo é-nos dado pelo «Certame de Festas Escolares», organizado, entre Maio e Junho de 1914, pela Sociedade de Estudos Pedagógicos, em articulação com uma «Exposição de Arte na Escola» (que acabou por se realizar mais tarde). Esta iniciativa tinha como finalidade chamar a atenção para o importante contributo que a

⁸ *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Anos Lectivos de 1928-1929 a 1937-1938.* Odivelas: I.F.E.T., p.136.

arte poderia dar à educação: “Queremos que a Escola seja atraente, que a Escola seja para a criança um lugar de prazer e de alegria... Para tal conseguirmos, devemos pedir à Arte um auxílio indispensável”⁹.

Uma das estratégias mais importantes para atingir esse desiderato seria, na opinião da Sociedade, a organização de “festas escolares” pelas escolas que se inscrevessem no concurso, festas essas que seriam avaliadas por um júri, sendo premiadas as que mais se distinguissem. A ideia de “estabelecer um tipo de festa escolar educativa”, sem “quaisquer propósitos políticos”, tendo as crianças, e não os adultos, como protagonistas principais surgiu, na sequência de vários debates sobre as frequentes festas cívicas, de cariz laico e republicano, que então ocorriam e que recorriam à participação infantil. Vários membros da Sociedade criticaram, em diversos momentos, o seu carácter político e a violência que acabavam por representar para as crianças. As festas escolares surgiam, em certa medida, como a alternativa pedagógica às festas cívicas e nelas poderiam utilizar-se “o teatro infantil, o canto coral, a prelecção, os cortejos, os jogos e danças escolares”¹⁰. Entre as escolas concorrentes ao referido certame estava o Instituto. A Acta da sessão do júri, datada de 11 de Julho de 1914, dá conta dos resultados:

Depois da troca demorada de impressões sobre as festas presenciadas, resolveu-se conceder o 1.º prémio ao Instituto Feminino de Educação e Trabalho, o 2.º à Academia de Estudos Livres, e o 3.º ao Liceu de Pedro Nunes, além dos respectivos diplomas.

Também se resolveu conceder diploma de menção honrosa aos Recreatórios Post Escolares, ao Asilo de D. Maria Pia, ao Pensionato das Laranjeiras, Instituto Luso-Germânico, Escola Nacional, Pupilos do Exército, e ainda à Escola Oficina N.º 1 e Escola Académica, embora não houvessem concorrido ao certame das festas.¹¹

A lista anterior acaba por ser um bom roteiro de escolas da região de Lisboa que podem ser consideradas inovadoras e dá conta do prestígio que o Instituto já granjeava nos meios pedagógicos de então. Disso dão conta, igualmente, os frequentes convites para actuação das alunas em espectáculos desportivos ou artísticos. No ano lectivo de 1930/31, 60 alunas dos últimos anos foram a Leiria “fazer, no Stadium, uma demonstração de Ginástica e jogos e, no teatro, uma demonstração do seu

⁹ Crónica social. O Certame de Festas Escolares. *Revista de Educação Geral e Técnica, Série III*, N.º1, Julho 1914, p.57.

¹⁰ Idem.

¹¹ Arte na escola. Certame de festas escolares. Acta da sessão do júri. *Revista de Educação Geral e Técnica, Série III*, N.º2, Outubro 1914, p.189.

aproveitamento literário”. Segundo o seu orgulhoso Director, “as alunas, como sempre, souberam manter elevado o nome do Instituto, conquistando fartos e entusiásticos aplausos”¹². No ano lectivo de 1933/34, efectuou-se uma excursão ao Porto, para assistir à Exposição Colonial aí realizada. No liceu Carolina Michaelis foi apresentada “uma exposição de fotografias do Instituto e trabalhos escolares”, que “foi muito visitada e apreciada”, tendo um grupo de alunas executado “alguns números de ginástica rítmica que foram muito aplaudidos”¹³. Um outro exemplo, este referente ao ano lectivo de 1937/38, é-nos dado no respectivo relatório:

Na educação física evidenciaram-se notavelmente as nossas educandas, pois que, no Concurso de Ginástica Educativa realizado este ano no Liceu Camões, por iniciativa do Ginásio Clube Português, obtiveram as duas melhores classificações e receberam as duas taças correspondentes.¹⁴

Outro bom exemplo é o constituído pelos relatórios dos presidentes dos júris dos exames realizados às alunas do Instituto, geralmente professores ou professoras liceais estranhas à instituição. As referências são, habitualmente, muito elogiosas. José Alves de Oliveira, professor do Liceu Passos Manuel, no relatório referente ao ano escolar de 1931/32, depois de reflectir com detalhe sobre o papel do Director, a selecção das alunas, o carácter de internato e sua organização pedagógica, conclui que “com esta organização não é de admirar que no I.F.E.T. fosse tão lisonjeiro o êxito obtido pelas 11 alunas que fizeram exame do Curso Preparatório”¹⁵.

No relatório correspondente ao ano lectivo de 1933/34, o professor J. Guerreiro Murta considera poder-se concluir “que os resultados dos exames, tanto do 1.º ciclo como do 2.º, foram brilhantes, pois das 62 examinandas, apenas uma ficou reprovada, havendo 5 distinções”. Na sua opinião, “as causas deste belo rendimento podem encontrar-se sem dificuldade” e são as seguintes: a organização pedagógica do Instituto; o regime de internato; a competência e dedicação do professorado; a selecção e avaliação rigorosa das alunas¹⁶.

¹² *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Anos Lectivos de 1928-1929 a 1937-1938.* Odivelas: I.F.E.T., p.30.

¹³ *Idem.*, pp.78-79.

¹⁴ *Idem.*, p.141.

¹⁵ *Idem.*, p.41.

¹⁶ *Idem.*, p.84.

Nos seus relatórios anuais o próprio Director do Instituto faz questão de sublinhar o sucesso das alunas, apresentando os dados estatísticos que o comprovam. O que ele designa por “rendimento” ou “aproveitamento” escolar foi habitualmente elevado; só dois exemplos, no que se refere ao “rendimento geral” (incluindo os diversos cursos): 86% em 1932/33 e 84,4% em 1933/34. Mesmo assim, procura reflectir sobre a possibilidade de fazer diminuir as “perdas” em alguns cursos. Para Ferreira de Simas, “desde o seu início esta casa tem evoluído constantemente, procurando ser uma escola do seu tempo”¹⁷. Noutro discurso fala do Instituto como “escola progressiva que sempre tem procurado ser” e dá o exemplo do sucesso na colocação profissional das antigas alunas e da excelência do seu desempenho:

O facto de serem procuradas as nossas educandas para desempenhar as funções de preceptoras em casas particulares e colégios e a boa conta que de si dão as empregadas em casas comerciais e em laboratórios químicos, são também indícios seguros da eficácia do ensino aqui ministrado.¹⁸

Muitos outros exemplos poderíamos retirar da imprensa pedagógica ou da documentação decorrente da sua actividade para justificar a ideia de que ao longo da sua existência, e designadamente no período aqui destacado, o Instituto Feminino de Educação e Trabalho surgiu, tanto nos discursos produzidos no seu interior como nos produzidos no exterior da instituição, como escola “modelar”, “exemplar”, etc. Para além da eventual justiça da adjectivação, estes discursos não deixam de ser expressão de uma estratégia do campo pedagógico renovador para procurar fazer inflectir o nosso rumo educativo através da apresentação de bons exemplos, de escolas modelares, cujo carácter paradigmático deveria ser seguido por todas as outras.

3. Algumas reflexões em torno do projecto educativo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho

O Instituto praticou sempre o regime de internato, embora mantivesse regularmente alunas externas. Essa opção possuía uma já longa tradição nas instituições educativas religiosas e mesmo as experiências das chamadas Escolas Novas, então em desenvolvimento, privilegiavam o internato. As razões de umas e de outras não

¹⁷ Idem., p.69.

¹⁸ Idem., p.122.

deixavam, certamente, de ter alguma proximidade. Como já vimos, em alguns dos relatórios de presidentes de júris de exames o internato surge como uma das razões para o sucesso das alunas. Os discursos e relatórios de Ferreira de Simas enfatizam também essa dimensão, como acontece numa das suas referências aos cursos de formação de professoras e preceptoras existentes no Instituto: “O internato para formação do professorado primário, como para a formação dos sacerdotes, é geralmente reconhecido como o melhor sistema educacional, pois é possível, quando bem organizado, criar o ambiente que desperta e fortalece a vocação”¹⁹. Não deixa de ser significativa a analogia feita entre o professor e o sacerdote, bem como a invocação do recorrente tópico da “vocação” associada ao magistério.

Noutro passo do mesmo discurso, o Director reafirma a ideia de que “o Instituto é um internato onde se procura, e muito se consegue, atenuar os defeitos dos internatos”²⁰. Esse esforço surge associado à consideração do Instituto como “uma grande família” e “um lar melhorado”, sendo um lar, para ele, “um conjunto harmónico de conforto, de ordem, de asseio, de trabalho e de mútua dedicação”²¹. O regulamento de 1921, por exemplo, considera que as educadoras representam, na instituição, “a família da aluna”²².

Um dos presidentes de júris de exames – José Alves de Oliveira – afirma que, apesar de não desconhecer “as objecções que se fazem contra a educação de internato propriamente dito”, no caso do Instituto, e na sua opinião, “o internato só tem vantagens”. Entre elas encontram-se as seguintes: “a acção educativa é mais directa, regular e contínua, e por isso mais intensa e eficaz”; há um “incomparavelmente maior aproveitamento do tempo e energia”²³.

As citações anteriores são, a nosso ver, muito significativas no que se refere às razões da opção pelo internato. Através dele pretende-se influir, de forma mais eficaz, na formação global de cada uma e do colectivo das alunas, dirigindo e vigiando o seu quotidiano, reprimindo “vícios e defeitos” e incentivando “bons sentimentos e qualidades”²⁴. Dessa forma as alunas estariam permanentemente mergulhadas num

¹⁹ Idem., p.28.

²⁰ Idem., p.29.

²¹ Idem., pp.105-106.

²² Regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. *Ordem do Exército*, 1ª Série, Nº3, 5 Março 1921, p.89.

²³ *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Anos Lectivos de 1928-1929 a 1937-1938*. Odivelas: I.F.E.T., p.40.

²⁴ Regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. *Ordem do Exército*, 1ª Série, Nº3, 5 Março 1921, p.89.

ambiente intencionalmente organizado para ser plenamente educativo e moralizador. Podia-se, assim, mais facilmente, obstar às influências nefastas do exterior (mesmo da família), no que diz respeito aos hábitos higiénicos e alimentares ou à disciplina das alunas. A organização detalhada do tempo no internato tornava quase natural a interiorização de valores como a ordem, o asseio ou o trabalho. A metáfora da família envolvia o colectivo num ambiente de afectividade fundamental para o êxito de qualquer projecto educativo e procurava atribuir-lhe um carácter orgânico, tornado mais necessário pelo facto de estarmos perante crianças e jovens raparigas prematuramente retiradas à família. Finalmente, uma organização tida por racional do trabalho era vista como decisiva para a obtenção de bons resultados escolares, para além de que, segundo outro relator, J. Guerreiro Murta, a Odivelas de então era uma “povoação tranquila, afastada do bulício da capital onde o estudo das alunas decorre com calma”²⁵. Era essa mesma razão que levava a que as Escolas Novas procurassem estar preferencialmente localizadas no campo, ainda que perto de uma cidade (para aceder à suas actividades culturais), acrescidas de uma proximidade com a natureza, considerada fundamental nos projectos inovadores do tempo, muito marcados pelo naturalismo pedagógico, e claramente possível no Instituto de Odivelas que possuía amplos jardins e terrenos agrícolas.

Podemos referenciar, em articulação com a opção pelo internato, a existência de um projecto de formação integral das jovens alunas a cargo do Instituto. A regulamentação minuciosa de tudo o que se refere à vida e ao trabalho no Instituto - designadamente os aspectos ligados à gestão do tempo, do espaço, do currículo e da disciplina, assim como de toda a organização pedagógica do estabelecimento - tinha subjacente a si a ambição de atingir as diversas dimensões da personalidade das educandas. O Instituto tinha como uma das suas metas proporcionar uma formação intelectual exigente e rigorosa às suas alunas. Como também já vimos, as actividades ligadas à educação física constituíam outra das imagens de marca da instituição. Segundo o regulamento de 1915 eram obrigatórios, funcionando paralelamente aos restantes cursos, os de “trabalhos manuais e economia doméstica”, “educação física”, “música, canto coral e instrumentos” e “educação moral”²⁶. O diploma de 1911 considera que a educação física “tem por fim conservar não só uma boa saúde entre as

²⁵ *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Anos Lectivos de 1928-1929 a 1937-1938.* Odivelas: I.F.E.T., p.85.

²⁶ *Regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Decreto nº1.868, de 12 de Junho de 1915, publicado em 4 de Setembro de 1915.* Lisboa: Imprensa Nacional, p.6.

alunas, mas também torná-las robustas, ágeis e graciosas”, nela incluindo “ginástica, jogos, dança e excursões”. O mesmo documento enfatiza, nesse contexto, o papel da educação estética:

À educação tanto física como moral ligar-se-á a educação estética, que compreende: canto, recitação, desenho, fotografia, modelação, culto das flores e visitas aos museus de arte e outros lugares que possam servir de iniciação estética tendente a formar nas almas a aptidão para amar, compreender e distinguir o belo.²⁷

Actividades que relacionavam as diversas dimensões educativas, designadamente “excursões escolares”, “passeios”, “festas” e “jogos de carácter educativo” eram, na verdade, muito frequentes. O relatório referente ao ano escolar de 1934/35, por exemplo, relata a realização de “33 visitas de estudo e excursões”²⁸. O calendário anual incluía pelo menos três festas: a Festa do Trabalho, em Janeiro; a Festa de Beneficência pelo Carnaval; e a Festa das Flores em Maio²⁹. Além disso, comemorava-se anualmente, no dia 14 de Janeiro, o aniversário da instituição em cerimónias solenes que contavam com a presença de entidades oficiais. Estas festas assumiam-se como rituais tendentes a fortalecer a identidade organizacional e a reforçar o prestígio externo da instituição. Aos domingos realizavam-se habitualmente sessões educativas com uma forte componente artística e cultural, que incluíam, entre outras actividades, música e canto coral, conferências sobre temas diversos e jogos. Em discurso proferido em Janeiro de 1929, o Director dá bem conta de qual a perspectiva predominante no Instituto a propósito da “educação integral da mulher”, expressão usada pelo próprio Ferreira de Simas:

No entanto o Instituto, escola do seu tempo, não quer que as suas educandas se confinem nas suas casas, honradas com o pomposo mas duro título de anjo do lar à moda antiga, fiando o linho, raras vezes vendo o sol ou admirando o céu. Longe disso! O Instituto ministrou-lhes a educação física, iniciou-as nos desportos, pô-las em contacto com a Arte, e ensinou-as a amar o Sol benfazejo e o ar livre e puro.³⁰

²⁷ *Ordem do Exército, 1ª Série*, Nº19, de 28 de Agosto de 1911, p.1881.

²⁸ *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Anos Lectivos de 1928-1929 a 1937-1938*. Odivelas: I.F.E.T., p.94.

²⁹ *Regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Decreto nº1.868, de 12 de Junho de 1915, publicado em 4 de Setembro de 1915*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.30.

³⁰ *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Anos Lectivos de 1928-1929 a 1937-1938*. Odivelas: I.F.E.T., p.11.

A existência de um projecto de formação integral das alunas - ainda para mais num contexto favorável a esse desiderato como era o de internato - fazia com que a educação moral fosse uma área de enorme centralidade. Segundo o Director, “a educação moral tem naturalmente merecido no Instituto cuidados não inferiores aos que lhe merece a instrução”. O que se pretende é fazer com que as alunas amem “o Bem e a Verdade” e isso será possível, em particular, mergulhando-as num “ambiente de bondade”, como é o representado pelo Instituto³¹. Além disso, seguem-se estratégias diversificadas que incluem o ensino directo da moral em sessões dominicais, a colaboração da família, o estudo atento do carácter de cada aluna, os louvores, os castigos ou a própria participação activa das alunas. É esta última situação que está na base dos vários projectos mutualistas e cooperativos desenvolvidos na instituição, que têm em vista, segundo o relatório de 1933/34, “incutir nas alunas os hábitos de previdência, do cooperativismo e da solidariedade que tem por base o trabalho, a justiça, a honra e a probidade”³², aproximando-se, assim, das iniciativas então concretizadas em Portugal na óptica do *self-government*, de que são exemplo as associações estudantis conhecidas por «Solidárias». A estratégia mais valorizada é, no entanto, e numa linha aparentemente tradicional, a representada pelo exemplo pessoal do educador:

O educador terá sempre presente que é como um modelo vivo que as alunas copiam constantemente... As professoras internas, especialmente, serão as companheiras e conselheiras das alunas em cada momento, e cabe-lhes, portanto, a missão de lhes formar o carácter, desenvolvendo e fazendo medrar os germes dos bons sentimentos e qualidades, extirpando radical, mas cautelosa e prudentemente, os vícios ou defeitos que porventura apresentem.³³

O enquadramento e a vigilância das alunas é, pois, uma constante, está presente a todo o momento, em qualquer espaço e procura atingir todas as dimensões das suas vivências e personalidades. É isso que permite ao Director declarar, de ano para ano, como em 1930, “a disciplina manteve-se como não podia deixar de ser”³⁴. Em 1937 esse balanço optimista é um pouco mais detalhado e justificado:

³¹ Idem., p.123.

³² Idem., p.78.

³³ *Regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Decreto nº1.868, de 12 de Junho de 1915, publicado em 4 de Setembro de 1915.* Lisboa: Imprensa Nacional, p.29.

³⁴ *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Anos Lectivos de 1928-1929 a 1937-1938.* Odivelas: I.F.E.T., p.21.

Pode dizer-se duma maneira geral que as alunas, a despeito da liberdade de que gozam e da forma paternal como são tratadas pelo pessoal educador, têm bom comportamento, demonstrando sempre que esse tratamento não exclui o respeito que devem aos seus educadores. O número de castigos publicados em ordem, aplicados no ano lectivo que terminou foi de 8 e o número de alunas castigadas, 6... As faltas são quase sempre a não comparência a um serviço sem motivo justificado, ou uma saída para fora dos recintos onde devem manter-se. Uma ou outra vez uma resposta impensada reclama a sanção correspondente que em regra não se faz esperar.³⁵

De resto, desde o seu início que os regulamentos do Instituto determinavam, como acontece no de 1915, que “são absolutamente proibidos os castigos corporais e também os que deprimem ou vexem as alunas ou afectem a dignidade”³⁶. O apelo principal vai no sentido de uma gradual auto-regulação dos comportamentos das alunas por elas próprias. O controlo deve, em parte, revestir a forma de auto-controlo. Entre os deveres sistematizados no regulamento encontram-se os seguintes: “conviverem bem entre si, constituindo todas uma verdadeira família em que haja partilha recíproca de respeito, afeição, auxílio, sacrifícios, benefícios e trabalho”; “comportarem-se sempre por forma que honrem a instituição”; “concorrerem, no limite das suas forças, para a disciplina e para a ordem e arranjo do alojamento” e “declararem espontaneamente e sempre a verdade, ainda quando de tal declaração lhes possa vir responsabilidade ou castigo”. Às alunas mais velhas são atribuídas algumas “regalias” em troca de mais “responsabilidades”, tendo como objectivo “gradualmente as habituar a dispensarem tutela e vigilância”³⁷. A aposta da instituição é, claramente, no que se refere à educação moral e à disciplina, e em consonância com os movimentos de renovação pedagógica, na aquisição, por parte das educandas, da capacidade para o “governo de si próprio”. Para se atingir esse estágio é necessária, nessa óptica, uma permanente vigilância e tutela por parte dos educadores, para além de práticas tendentes à construção de um forte sentimento de identidade tendo por referência os valores centrais da instituição.

Elemento central do referido projecto é o conhecimento profundo das alunas que se aspira concretizar por via da realização de “testes mentais”, tendo em vista uma selecção rigorosa e a orientação profissional das alunas. No relatório relativo ao ano escolar de 1933/34 Ferreira de Simas desenvolve um conjunto de reflexões sobre esse

³⁵ Idem., p.115.

³⁶ *Regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Decreto nº1.868, de 12 de Junho de 1915, publicado em 4 de Setembro de 1915.* Lisboa: Imprensa Nacional, p.27.

³⁷ Idem., p.24.

assunto, articulando-o com os problemas decorrentes da relação entre a escola e a família. Na sua opinião, a orientação profissional - na linha das recomendações aprovadas no “Congresso Internacional de Educação Nova em 1932” - deve ter por base um “exame completo da criança que vise todos os aspectos da sua personalidade fisiológica, psicológica, patológica e psiquiátrica”. Só a partir desse exame, que determinará o “valor intelectual” de cada aluna, ao qual se deverão juntar as informações das famílias sobre os seus antecedentes, a observação das suas “qualidades morais” pelas professoras e a “ficha sanitária” elaborada pelo médico da instituição, é que se poderá, a partir de uma formação geral, “fazer a rigorosa selecção para os diversos cursos”. Como nota a seguir o Director, “nem sempre as famílias se conformam com a opinião do Conselho Escolar”, o que está na origem de algumas controvérsias³⁸. Bem na linha da pedagogia experimental, então em fase de apogeu, a instituição chega, aliás, a fazer experiências para determinar as causas do insucesso de algumas alunas, encaminhando-as depois para tratamento médico, como nos diz Ferreira de Simas:

Baseado em experiências e estudos diversos, diz o Dr. [Faria de] Garção [médico de Coimbra] que não pode acusar-se cientificamente uma criança de preguiçosa, sem que se tenha feito um minucioso exame físico e mental da suposta mandriona.

A maioria das vezes a correcção da preguiça ou da falta de atenção será mais obra do médico do que do pedagogo...

Vejamos o que se passa com as nossas alunas. Vinte alunas do Curso Preparatório, cujos coeficientes de inteligência variavam entre 85 e 106, e cujo rendimento escolar não correspondeu àqueles graus de inteligência... foram observadas pelos especialistas de oftalmologia e de otorinolaringologia do Hospital da Estrela, tendo-se encontrado 16 com adenóides, algumas para operar imediatamente e uma com um defeito incurável da visão que explica também a sua falta de atenção.³⁹

O controlo praticado pela instituição sobre os hábitos e o quotidiano das alunas, tendo em vista um projecto de educação integral, concretiza-se, na verdade, de modo muito particular na vigilância da sua saúde, higiene e alimentação. Dos relatórios anuais consta sempre uma avaliação do “estado sanitário” das educandas, bem como as medidas tomadas no âmbito de uma proclamada “cruzada de robustecimento das alunas”. Em 1934/35 considera-se “que as alunas gozam aqui de excelente saúde”,

³⁸ Idem., p.81.

³⁹ Idem., pp.75-76.

enumerando-se a seguir, como sempre, os tipos de doenças e o número de casos. Predominavam então “anginas”, “constipações”, “gripe”, “sarampo”, etc. Uma alimentação cuidada e programada, tendo por base “tabelas estabelecidas segundo os princípios da higiene alimentar” é a principal razão aduzida, em vários momentos, para a excelência constatada⁴⁰. No relatório de 1932/33 Ferreira de Simas volta a destacar “o magno problema da alimentação”, afirmando que ele “merece tanto desvelo como a instrução ou a educação” e enumera os diversos autores por ele estudados para fundamentar as opções a tomar. Uma delas consistiu em fazer “entrar na alimentação as hortaliças e legumes em larga escala”⁴¹. Mais tarde, em 1937/38, detalha-se a explicação sobre a saúde das alunas:

É que no Instituto procura-se não deixar adoecer as alunas. A ginástica, a vida ao ar livre, a alimentação sóbria mas substancial e racional, os tónicos, os fortificantes, receitados pelos clínicos do estabelecimento, os exames médicos periódicos a todas as alunas, impedem ou pelo menos reduzem notavelmente o número de doentes.⁴²

Todas as experiências desenvolvidas no Instituto são a expressão de um contexto que concede um grande protagonismo, no terreno da educação, aos contributos dos médicos e da medicina, em que o discurso higienista penetra profundamente o pensamento e as práticas educativas, em que o experimentalismo pedagógico conhece o seu auge e tudo isto no âmbito institucional de um internato que tem por meta a educação integral de um conjunto de crianças e jovens do sexo feminino e que pretende contribuir para a regeneração moral da sociedade. As perspectivas inovadoras e, mesmo, libertadoras, associadas, por exemplo, à importância da educação física, das actividades artísticas ou de uma alimentação racional, harmonizam-se, de forma mais ou menos coerente, com todo um conjunto de práticas educativas que privilegiam um controlo rigoroso sobre o corpo e a mente das educandas, designadamente através da vigilância constante por parte das educadoras, dos “testes mentais” ou de práticas rituais tendentes à inculcação de valores como a ordem, a disciplina, o trabalho, a família, a verdade, a solidariedade, entre outros. O projecto educativo do Instituto é, desse ponto de vista, e não obstante o seu carácter alternativo, um projecto fortemente integrador.

⁴⁰ Idem., p.96.

⁴¹ Idem., p.50.

⁴² Idem., p.142.

Outro dos elementos mais interessantes desse projecto é o que se refere à concepção de educação feminina que lhe está subjacente e que está bem documentada no discurso proferido por Ferreira de Simas no 35º aniversário da instituição:

Reconhecendo que a guerra veio mostrar que a mulher era capaz de bem exercer todas as profissões que até aí eram privilégio exclusivo dos homens, não podemos esquecer que os tempos vão sendo de reacção contra os factores que arrancam a mulher ao lar, para a lançar, a maior parte do dia, nas oficinas, nas lojas ou nos escritórios, favorecendo assim a desagregação da família, alicerce fundamental da constituição do Estado e natural centro de formação do coração e da razão dos pequeninos. Assim, se a organização com que a República dotou em 1911 o então Instituto D. Afonso, fez salientar a importância da preparação das futuras donas de casa, o Instituto de agora procura cada vez mais desenvolver e melhorar as condições desse ensino... Outros cursos se professam hoje no Instituto para uma emergência, para um caso em que a necessidade obrigue a um trabalho exterior; mas procura-se, sobretudo, incutir nas educandas o gosto pelo trabalho doméstico em todas as suas modalidades.⁴³

Esta perspectiva, herdeira do pensamento dominante no republicanismo acerca da educação feminina, vai permear o projecto educativo do Instituto até à demissão de Ferreira de Simas e à reorganização de 1942, que torna prevalecente uma opção mais conservadora sobre o trabalho da mulher e sua função social, ao mesmo tempo que extingue a componente de formação profissional presente até aí no currículo do Instituto. Aquela era, mesmo assim, uma perspectiva marcada por alguma ambivalência. Embora se valorizasse a educação da mulher, o objectivo principal - pelo menos do ponto de vista retórico - era formá-la como mãe, esposa e dona de casa conscienciosa, competente e de uma moralidade irrepreensível. Pretendia-se, em particular, que as mulheres fossem as educadoras por excelência dos seus filhos e não apenas “a menina prendada de outrora”⁴⁴. A preparação para uma profissão tinha em vista, segundo Ferreira de Simas, acorrer aos casos de necessidade e destinava-se, provavelmente, às alunas de menores recursos ou que não chegassem a constituir família. A preservação desta mesma família como instituição nuclear da sociedade - cuja estabilidade se acreditava ameaçada - era, de resto, uma das preocupações centrais deste discurso. Por isso, faziam tradicionalmente parte do plano de estudos áreas como a culinária, a puericultura, a higiene, a enfermagem, etc. Como já salientámos, o curso de economia

⁴³ Idem., pp.69-70.

⁴⁴ Idem., p.62.

doméstica e governo de casa era obrigatório para todas as alunas e paralelo aos restantes cursos. Além disso, insiste-se em vários momentos no facto de determinadas profissões serem mais apropriadas para o género feminino, como a relativa ao magistério primário, a de preceptoras, a de ajudante de farmácia e laboratório, a de modista, entre outras. A formação profissional feminina acabou por ser, mesmo assim, durante várias décadas, um elemento central da cultura de escola do Instituto e as práticas que lhe estavam associadas eram, em geral, muito marcadas pelas perspectivas da “escola activa”. As alunas mais velhas tinham, por exemplo, frequentes aulas práticas de puericultura e de culinária e o edifício do Instituto possuía todas as condições e os espaços adequados a essas práticas, designadamente creche, cozinhas, oficinas diversas, enfermaria, jardins e terrenos agrícolas, animais, etc.

O Director, Coronel Frederico Ferreira de Simas, foi, durante o seu longo mandato de 22 anos, inquestionavelmente, o elemento dinamizador do original projecto educativo aqui descrito e da organização pedagógica que o corporizou e onde se procuravam harmonizar, de forma coerente e no contexto de um internato militar, práticas educativas inovadoras influenciadas pelas ideias da Educação Nova e da pedagogia experimental e perspectivas relativamente tradicionais sobre a função social da mulher e a especificidade da educação feminina na sua articulação com o “trabalho doméstico”. O papel central desempenhado por Ferreira de Simas foi bem notado por um dos relatores de exames nomeado para a instituição:

O Instituto de Odivelas não tem vida rotineira. Nos seus serviços superintende um homem inteligente, culto e hábil, duma competência, como se diz numa palavra, que diz tudo.

A acção desse homem ali dentro é omnímoda, quer dizer, é contínua e abrange todos os serviços. O Director do Instituto, segundo ele próprio me declarou, pesquisa nos livros e nas opiniões das pessoas autorizadas as normas para se guiar na realização da sua obra. Inspira-se nas correntes modernistas cientificamente orientadas, sem abdicar da sua própria observação e experiência. Tudo o que ele vê, tudo o que ele ouve é passado pela fieira do bom senso, e só depois de posto à prova leva a marca legal de contrastaria.⁴⁵

No caso do Instituto, sob a direcção de Ferreira de Simas, mas também nas igualmente longas direcções femininas que se lhe seguiram (protagonizadas por Aida da Conceição e por Deolinda Fonseca), fica bem claro o carácter decisivo de uma liderança forte e

⁴⁵ Idem., p.39.

principal impulsionadora de um projecto educativo inovador, também ele bem nítido e preservando alguma da sua coerência ao longo do tempo, não obstante as mudanças de contexto e as diferentes fases por que passou a instituição.

Registe-se aqui o facto do Instituto, e a própria acção de Ferreira de Simas à sua frente, terem conseguido transitar sem grandes convulsões da 1ª República para o Estado Novo. Na verdade, o projecto educativo (na sua versão republicana) mantém-se intacto até à reforma de 1941-42. No discurso do Director mantêm-se, a partir da Ditadura Militar, os sinais de identificação com a República (termo que continua genericamente a usar) e, simultaneamente, de cumplicidade com o novo regime e alguns dos seus protagonistas, designadamente um dos Ministros da Instrução dessa fase, Cordeiro Ramos, várias vezes elogiado, e o Presidente da República, Marechal Carmona, presença habitual nas festas de aniversário da instituição. No relatório de 1936/37, Ferreira de Simas constata que “os homens do Estado Novo não têm ocultado a simpatia, o interesse que lhes merece o Instituto”⁴⁶. A figura de Salazar não é referida nos seus discursos, mas o Instituto organiza, em 1938, uma homenagem ao governante (sem a sua presença), presidida pelo Director, “comemorando o 10º aniversário da sua posse do cargo de Ministro das Finanças de Portugal”⁴⁷. No ano lectivo de 1937/38 a dirigente feminina do regime, Maria Guardiola, visita o Instituto, o que conduz à “inscrição das alunas na [recém-criada] Mocidade Portuguesa Feminina”⁴⁸. No já referido relatório de 1936/37, as afirmações do Director parecem estar em consonância com o discurso já então prevalecente, ao considerar a escola “um santuário, um templo... em que se prega o amor da Família, da Pátria e o respeito pelas instituições vigentes e pelas crenças alheias e a sã moral, que é no fundo a moral cristã”⁴⁹. A tese, glosada pelo regime, de que “Portugal não é um país pequeno” é por ele reafirmada, ao falar da Exposição Colonial do Porto⁵⁰, e a “propaganda colonial” é, noutro momento,

⁴⁶ Idem., pp.118-119.

⁴⁷ *Ministério da Guerra. Obra Tutelar e Pedagógica dos Exércitos de Terra e Mar (1938). Educação Cívica e Económica no Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Homenagem do Instituto Feminino de Educação e Trabalho a S. Ex.ª o Doutor António de Oliveira Salazar, comemorando o 10º aniversário da sua posse do cargo de Ministro das Finanças de Portugal. Em 27 de Abril de 1938. Alocuções às alunas do Instituto pelo professor Tenente-Coronel José Ribeiro da Costa Júnior, em sessão a que presidiu o Director do Instituto, Coronel Frederico António Ferreira de Simas, e a que assistiu todo o corpo docente.* Lisboa: Papelaria La Bécarre.

⁴⁸ *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Anos Lectivos de 1928-1929 a 1937-1938.* Odivelas: I.F.E.T., p.143.

⁴⁹ Idem., p.117.

⁵⁰ Idem., p.79.

considerada uma “interessante propaganda”⁵¹. O culto da Pátria, que “quer continuar a ser grande e respeitada”, deve, na sua opinião, ser “a base da educação moral”⁵². Verdade seja dita que, se exceptuarmos o caso da “moral cristã”, estes já eram também alguns dos grandes valores da República. Não deixa de ser muito interessante (e nada linear) o caminho percorrido, nesta transição, por muitas das figuras do republicanismo e da Educação Nova. Nada disto obstou ao afastamento de Ferreira de Simas, em 1941, e à readaptação tardia da instituição que ele liderara aos novos tempos conservadores, agora com o novo nome de Instituto de Odivelas. No diploma de 1942, rascunhado pelo próprio Salazar (Vilela, 1998), justifica-se a reorganização, de forma algo injusta para a fase anterior, com os seguintes argumentos:

Com o decorrer dos tempos e as vicissitudes da política os são princípios que presidiram à criação do Instituto foram sendo sucessivamente postos de parte... É manifesto que tal orientação, aliada à deficiente organização dos serviços e a um ensino sem finalidade ou de objectivo pouco desejável, não podia deixar de conduzir a resultados perniciosos. Mas é também evidente que, se se quiser continuar a assistir à educação das filhas dos servidores do Estado, a quem cabe a honra de assegurar a defesa da Pátria... têm de ser reintegrados no Instituto os princípios que presidiram à sua criação.⁵³

Concluindo, e sistematizando, o enquadramento forte proporcionado pelo internato, um projecto educativo consistente, uma liderança carismática, práticas pedagógicas inovadoras e uma capacidade de adaptação aos novos contextos são algumas das razões que explicam o “sucesso”, em vários sentidos, do Instituto Feminino de Educação e Trabalho e a sua invulgar longevidade. O percurso desta instituição espelha, igualmente, o relativo sucesso (se perspectivado na longa duração) do conjunto de ideias e práticas inovadoras que se desenvolveram na transição do século XIX para o século XX, sendo depois sistematizadas sob o rótulo da Educação Nova. Muitas delas - já que outras ficaram pelo caminho -, ainda que contextualizadas, fazem ainda hoje parte do património educativo a que nós, educadores, continuamos a recorrer no trabalho quotidiano com os nossos alunos.

⁵¹ Idem., p.52.

⁵² Idem., p.117.

⁵³ Reorganização do Instituto de Odivelas. *Diário do Governo, I Série*, Nº 301, 31 Dezembro 1942, p.1717.

Referências

Leitão, M. N. (1980). *Instituto de Odivelas. Esboço sobre a acção educativa do Instituto de Odivelas, ao longo dos oitenta anos da sua existência* [s.l.: s.n.].

Loureiro, M. L. (1999). *Clima de escola: o Instituto de Odivelas*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Melo, B. P. (2005). Os circuitos da reflexividade mediatizada: apresentação de dados preliminares. *Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, XL (176), 3º trimestre 2005, 595-617.

Nóvoa, A. (Dir.) (2003). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Edições ASA.

Nóvoa, A. (1995). Uma Educação que se diz Nova. In A. Candeias, A. Nóvoa, & M. H. Figueira. *Sobre a Educação Nova. Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)* (pp.25-41). Lisboa: Educa.

Saraiva, C. (1978). *O Instituto de Odivelas: breve notícia histórica*. Odivelas: Edição do Instituto de Odivelas.

Silva, C. & Leitão, M. N. (1990). *Instituto de Odivelas*. Lisboa: [s.n.].

Vilela, A. M. (1998). *O Instituto de Odivelas sob a égide do Estado Novo: continuidades ou mudanças na educação. 1926-1969*. Lisboa: I.S.C.T.E.

Pintassilgo, J. (2007). Reflexões históricas em torno do (eventual) sucesso da Educação Nova. O exemplo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942). *História da Educação*, 11 (23), 35-65.